



Paraíso Bioenergia S.A.

Demonstrações financeiras em
31 de março de 2013, 2012 e 2011

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações de resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto - SP - Brasil
Caixa Postal 457
14001-970 - Ribeirão Preto - SP - Brasil

Central Tel 55 (16) 3323-6650
Fax Nacional 55 (16) 3323-6651
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.

À
Diretoria e Acionistas da
Paraíso Bioenergia S.A.
Brotas - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Paraíso Bioenergia S.A., (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Paraíso Bioenergia

S.A. para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no primeiro parágrafo, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Paraíso Bioenergia S.A. em 31 de março de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) e normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

Ênfase

Conforme mencionado na nota 3e, devido à correção de erros e certas reclassificações, a Companhia reapresentou, conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes dos balanços patrimoniais de 31 de março de 2012 e 2011 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes aos exercícios findos em 31 de março de 2012 e de 2011 para: a) classificar suas ações preferenciais resgatáveis no não circulante, pois foram classificados incorretamente no patrimônio; b) apresentação líquida dos ativos e passivos fiscais diferidos; c) apresentar ativos / passivos e as receitas / custos relativos às operações de *performance* em uma base líquida e, d) corrigir certas divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras. Nossa opinião não contém qualquer ressalva com relação a este assunto.

Ribeirão Preto, 15 de maio de 2013

KPMG Auditores Independentes.
CRC 2SP014428/O-6



André Luiz Monaretti
Contador CRC 1SP160909/O-3

Paraíso Bioenergia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de março 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012 (Reapresentado)	2011 (Reapresentado)		Nota	2013	2012 (Reapresentado)	2011 (Reapresentado)
Ativo					Passivo				
Caixa e equivalente de caixa	5	9.466	10.744	7.481	Fornecedores de cana e diversos	16	64.433	54.850	23.501
Investimentos financeiros	6	26.271	23.769	-	Empréstimos e financiamentos	17	212.619	77.038	52.355
Contas a receber de clientes	7	3.339	4.884	2.770	Salários e encargos sociais		6.304	5.229	4.903
Estoques	8	9.634	15.747	3.471	Tributos a recolher	18	10.816	7.314	1.876
Adiantamento a fornecedores	9	22.275	25.373	27.514	Parcelamentos tributários	19	7.930	4.752	5.441
Impostos a recuperar	10	4.327	2.119	1.284	Adiantamento de clientes	20	4.113	9.435	6.423
Instrumentos derivativos	31	-	224	-	Outras contas a pagar	21	1.179	2.791	4.477
Outras contas a receber	12	496	110	759	Instrumentos financeiros derivativos	31	4.358	366	-
Total do ativo circulante		<u>75.808</u>	<u>82.970</u>	<u>43.279</u>	Total do passivo circulante		<u>311.752</u>	<u>161.775</u>	<u>98.976</u>
Ativo não circulante					Passivo não circulante				
Depósitos judiciais e outros		384	2.261	283	Fornecedores de cana e diversos	16	6.263	9.177	8.995
Impostos a recuperar	10	301	301	342	Empréstimos e financiamentos	17	88.355	156.546	77.928
Mutúos Financeiros	11	242	464	-	Adiantamento de clientes	20	-	-	10.452
Ativo fiscal diferido	22	2.115	-	-	Mutúos Financeiros	11	2.379	82	8
Ativo biológico	13	155.564	108.972	90.458	Passivo fiscal diferido	22	-	16.832	35.479
Outros Investimentos	14	108	108	108	Parcelamentos tributários	19	6.455	5.589	6.913
Propriedade, instalações e equipamentos	15	224.066	236.317	207.877	Ações preferenciais resgatáveis	24	-	-	66.153
Total do ativo não circulante		<u>382.780</u>	<u>348.423</u>	<u>299.068</u>	Outras contas a pagar	21	-	-	6.669
					Provisão para contingências	23	584	208	436
					Total do passivo não circulante		<u>104.036</u>	<u>188.434</u>	<u>213.033</u>
					Patrimônio líquido	24			
					Capital social		5.095	5.095	3.428
					Reserva de capital		59.838	59.838	1.505
					Reserva de reavaliação		5.873	6.761	7.639
					Ajuste de avaliação patrimonial		48.282	54.077	59.978
					Prejuízos acumulados		(76.288)	(44.587)	(42.212)
					Total do patrimônio líquido		<u>42.800</u>	<u>81.184</u>	<u>30.338</u>
					Total do Passivo		<u>415.788</u>	<u>350.209</u>	<u>312.009</u>
Total ativo		<u>458.588</u>	<u>431.393</u>	<u>342.347</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>458.588</u>	<u>431.393</u>	<u>342.347</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraíso Bioenergia S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de março 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Nota	2013	2012 (Reapresentado)	2011 (Reapresentado)
Receita líquida	25	237.868	215.271	176.883
Varição do valor justo de ativo biológico	13	28.288	193	488
Custo das vendas		<u>(240.148)</u>	<u>(203.423)</u>	<u>(140.523)</u>
Lucro bruto		<u>26.008</u>	<u>12.041</u>	<u>36.848</u>
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas de vendas	26	(8.509)	(6.673)	(8.960)
Despesas Administrativas	26	(12.780)	(10.511)	(20.180)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	27	<u>(1.779)</u>	<u>(200)</u>	<u>(2.014)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		<u>2.940</u>	<u>(5.343)</u>	<u>5.694</u>
Receitas financeiras	28	2.244	1.148	2.194
Despesas financeiras	28	(35.414)	(26.209)	(26.320)
Varição cambial, líquida	28	<u>(27.102)</u>	<u>(9.391)</u>	<u>6.341</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas		<u>(60.272)</u>	<u>(34.452)</u>	<u>(17.785)</u>
Prejuízo antes dos impostos		<u>(57.332)</u>	<u>(39.795)</u>	<u>(12.091)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	<u>18.948</u>	<u>18.647</u>	<u>1.300</u>
Prejuízo do exercício		<u><u>(38.384)</u></u>	<u><u>(21.148)</u></u>	<u><u>(10.791)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraíso Bioenergia S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de março 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2013	2012 (Reapresentado)	2011 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	(38.384)	(21.148)	(10.791)
Outros resultados abrangentes, líquidos de imposto de renda e contribuição social	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(38.384)</u></u>	<u><u>(21.148)</u></u>	<u><u>(10.791)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraíso Bioenergia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 01 de abril de 2010 (Reapresentado)	<u>5.480</u>	<u>1.505</u>	<u>28.581</u>	<u>61.113</u>	<u>(35.313)</u>	<u>61.366</u>
Redução de capital e da reserva de reavaliação por cisão parcial	(2.052)	-	(18.185)	-	-	(20.237)
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(2.757)	-	2.757	-
Ajuste de avaliação patrimonial (realização)	-	-	-	(1.135)	1.135	-
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(10.791)</u>	<u>(10.791)</u>
Saldo em 31 de março de 2011 (Reapresentado)	<u>3.428</u>	<u>1.505</u>	<u>7.639</u>	<u>59.978</u>	<u>(42.212)</u>	<u>30.338</u>
Ações preferenciais transferidas do passivo para o patrimônio líquido (Nota 24)	1.667	58.333	-	-	11.994	71.994
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(878)	-	878	-
Ajuste de avaliação patrimonial (realização)	-	-	-	(5.901)	5.901	-
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(21.148)</u>	<u>(21.148)</u>
Saldo em 31 de março de 2012 (Reapresentado)	<u>5.095</u>	<u>59.838</u>	<u>6.761</u>	<u>54.077</u>	<u>(44.587)</u>	<u>81.184</u>
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(888)	-	888	-
Ajuste de avaliação patrimonial (realização)	-	-	-	(5.795)	5.795	-
Prejuízo do exercício	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(38.384)</u>	<u>(38.384)</u>
Saldo em 31 de março de 2013	<u>5.095</u>	<u>59.838</u>	<u>5.873</u>	<u>48.282</u>	<u>(76.288)</u>	<u>42.800</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Paraíso Bioenergia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de março de 2013, 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2013	2012 (Reapresentado)	2011 (Reapresentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(38.384)	(21.148)	(10.791)
Ajustado por:			
Depreciação dos ativos imobilizados	39.697	37.147	27.831
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.948)	(18.647)	(1.300)
Mudança no valor justo do ativo biológico	(28.288)	(193)	(488)
Redução no ativo biológico devido a colheta	50.241	51.468	8.602
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	56	49	220
Provisão para contingências	376	(228)	(504)
Juros e variação cambial não realizados	37.748	27.542	12.945
Residual do ativo imobilizado baixado	7.523	13.667	6.954
	<u>50.021</u>	<u>89.657</u>	<u>43.469</u>
Variações nos ativos e passivos			
Redução (aumento) em contas a receber	1.489	(2.163)	4.890
Aumento de investimentos financeiros	(2.502)	(23.769)	-
Redução (aumento) nos estoques	6.113	(12.276)	2.555
Redução (aumento) em adiantamentos a fornecedores	3.098	2.141	(7.185)
(Aumento) redução em tributos a recuperar	(2.208)	(794)	3.112
Redução (aumento) nos empréstimos	2.519	(390)	8.053
Redução de instrumentos derivativos	4.216	142	-
(Aumento) redução em outras contas a receber	(386)	649	1.225
Redução (aumento) em depósitos judiciais e outros	1.877	(1.978)	10
Aumento (redução) em fornecedores de cana e outros produtos	6.669	31.531	(756)
Aumento de salários e encargos sociais	1.075	326	3.333
(Redução) em adiantamentos de clientes	(5.322)	(7.440)	(7.667)
Aumento (redução) em impostos a pagar	3.502	5.438	(3.121)
Aumento (redução) em impostos pagos em parcelas	4.044	(2.013)	580
Redução em outras contas a pagar	(1.612)	(8.355)	(1.981)
Juros pagos	(22.337)	(17.094)	(11.094)
	<u>50.256</u>	<u>53.612</u>	<u>35.423</u>
Fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais	<u>50.256</u>	<u>53.612</u>	<u>35.423</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Imobilizado	(34.970)	(79.254)	(45.962)
Ativo Biológico	(68.545)	(69.789)	(44.364)
	<u>(103.515)</u>	<u>(149.043)</u>	<u>(90.326)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de investimentos	<u>(103.515)</u>	<u>(149.043)</u>	<u>(90.326)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Empréstimos e financiamentos tomados	135.540	209.617	32.280
Amortização principal de empréstimos e financiamentos	(83.559)	(110.923)	(31.651)
Aumento de capital	-	-	60.000
	<u>51.981</u>	<u>98.694</u>	<u>60.629</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>51.981</u>	<u>98.694</u>	<u>60.629</u>
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.278)</u>	<u>3.263</u>	<u>5.726</u>
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	10.744	7.481	1.755
No fim do exercício	9.466	10.744	7.481
	<u>(1.278)</u>	<u>3.263</u>	<u>5.726</u>
(Redução) Aumento em caixa e equivalentes de caixa	<u>(1.278)</u>	<u>3.263</u>	<u>5.726</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Companhia é uma sociedade anônima de capital fechado, tem sua sede administrativa localizada Rodovia Brotas Torrinha, Km 7,5 no município de Brotas no Estado de SP. Tem como atividade preponderante o plantio de cana de açúcar, produção e a comercialização de açúcar, etanol, cogeração de energia elétrica, exploração agrícola de produtos e matéria prima. Aproximadamente 59% da cana utilizada na fabricação dos produtos são provenientes de acionistas, de empresas ligadas e de parcerias agrícolas e 41% de fornecedores de terceiros.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil (BR GAAP), que são derivados da legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e de acordo com as Normas internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de maio de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de resultado;
- Os derivativos mensurados ao valor justo por meio de resultado; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo deduzidos das despesas de vendas.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo BR GAAP e IFRS exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações referentes ao uso de estimativas e julgamentos adotados e que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Companhia estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 07 - Contas a receber de clientes (provisão para créditos de liquidação duvidosa);
- Nota explicativa nº 22 - Imposto de renda e contribuição social diferidos; e
- Nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos.
- As informações de incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
- Nota explicativa nº 15 - Imobilizado (vida útil do ativo imobilizado e definição do valor residual);
- Nota explicativa nº 13 - Ativos biológicos; e
- Nota explicativa nº 23 - Provisão para contingências.

e. Reapresentação das demonstrações financeiras

A administração decidiu reapresentar os valores correspondentes para os exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011 para: i) corrigir a classificação das ações preferenciais resgatáveis anteriormente reconhecidas como patrimônio líquido para o passivo, conforme descrito na Nota 24; ii) apresentação líquida dos ativos e passivos fiscais diferidos; iii) apresentação de ativos / passivos e receitas / custos relativos a operações de *performance* em uma base líquida pelo qual a Companhia está atuando como um agente; e v) corrigir certas divulgações nas notas explicativas às demonstrações financeiras.

Os quadros abaixo resumizam os ajustes efetuados nas demonstrações financeiras anteriormente emitidas pela Companhia.

Balço patrimonial em 31 de março de 2012

	31/03/2012 apresentado anteriormente	Ajustes	31/03/2012 Reapresentado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10.744	-	10.744
Investimentos financeiros	23.769	-	23.769
Contas a receber de clientes	4.884	-	4.884
Estoques	20.183	(4.436) (a)	15.747
Adiantamento a fornecedores	18.236	7.137 (b)	25.373
Impostos a recuperar	2.119	-	2.119
Instrumentos derivativos	224	-	224
Outros créditos	7.247	(7.137) (b)	110
Total do ativo circulante	87.406	(4.436)	82.970
Ativo não circulante			
Outros créditos	68	(68) (c)	-
Depósitos judiciais	2.193	68 (c)	2.261
Impostos a recuperar	301	-	301
Mútuo financeiro	464	-	464
Imposto de renda e contribuição social diferidos	34.828	(34.828) (d)	-
Ativo biológico	108.972	-	108.972
Outros investimentos	108	-	108
Imobilizado	236.317	-	236.317
Total do ativo não circulante	383.251	(34.828)	348.423
Total do ativo	470.657	(39.264)	431.393
Passivo circulante			
Fornecedores de cana e diversos	59.286	(4.436) (a)	54.850
Partes relacionadas / Mútuo financeiro	495	(495) (b)	-
Empréstimos e financiamentos	77.038	-	77.038
Salários e férias a pagar	5.229	-	5.229
Impostos a recolher	7.314	-	7.314
Impostos parcelados	4.752	-	4.752
Adiantamento de clientes	9.435	-	9.435
Outras contas a pagar	2.791	-	2.791
Instrumentos derivativos	366	-	366
Total do passivo circulante	166.706	(4.931)	161.775

	31/03/2012 apresentado anteriormente	Ajustes	31/03/2012 reapresentado
Passivo não circulante			
Fornecedores de cana e diversos	8.682	495 (b)	9.177
Empréstimos e financiamentos	156.546	-	156.546
Mútuo financeiro	82	-	82
Imposto de renda e contribuição social diferidos	51.66	(34.828) (d)	16.832
Impostos parcelados	5.589	-	5.589
Provisão para contingências	208	-	208
Total do passivo não circulante	222.767	(34.333)	188.434
Patrimônio líquido			
Capital	5.095	-	5.095
Reservas de capital	59.838	-	59.838
Reserva de reavaliação	6.761	-	6.761
Ajuste de avaliação patrimonial	54.077	-	54.077
Prejuízos acumulados	(44.587)	-	(44.587)
Total do patrimônio líquido	81.184	-	81.184
Total do passivo	389.473	(39.264)	350.209
Total do passivo e patrimônio líquido	470.657	(39.264)	431.393

Balanco patrimonial em 31 de março de 2011

	31/03/2011 apresentado anteriormente	Ajustes	31/03/2011 reapresentado
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.481	-	7.481
Contas a receber de clientes	2.770	-	2.770
Estoques	3.471	-	3.471
Adiantamento a fornecedores	18.669	8.845 (b)	27.514
Impostos a recuperar	1.284	-	1.284
Mútuo financeiro	8.499	(8.499) (b)	-
Outros créditos	1.105	(346) (b)	759
Total do ativo circulante	43.279	-	43.279
Ativo não circulante			
Outros créditos	83	(83) (c)	-
Depósitos judiciais	200	83 (c)	283
Impostos a recuperar	342	-	342
Imposto de renda e contribuição social diferidos	29.859	(29.859) (d)	-
Ativo biológico	90.458	-	90.458
Outros investimentos	108	-	108
Imobilizado	207.877	-	207.877
Total do ativo não circulante	328.927	(29.859)	299.068
Total do ativo	372.206	(29.859)	342.347

Paraíso Bioenergia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2013, 2012 e 2011

	31/03/2011			31/03/2011
	Apresentado	Ajustes		reapresentado
	anteriormente			
Passivo circulante				
Partes relacionadas	8.994	(8.994)	(b)	-
Fornecedores de cana e diversos	23.501	-		23.501
Empréstimos e financiamentos	52.355	-		52.355
Salários e férias a pagar	4.903	-		4.903
Impostos a recolher	1.876	-		1.876
Impostos parcelados	5.441	-		5.441
Adiantamento de clientes	6.423	-		6.423
Outras contas a pagar	4.478	-		4.478
Instrumentos derivativos	-	-		-
Total do passivo circulante	107.970	(8.994)		98.976
Passivo não circulante				
Fornecedores de cana e diversos	-	8.995	(b)	8.995
Empréstimos e financiamentos	77.928	-		77.928
Adiantamento de clientes	10.452	-		10.452
Mutuo financeiro	8	-		8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	65.339	(29.860)	(d)	35.479
Impostos parcelados	6.913	-		6.913
Ações preferenciais resgatáveis	-	66.153	(f)	66.153
Outras contas a pagar	6.669	-		6.669
Provisão para contingências	436	-		436
Total do passivo não circulante	167.745	45.288		213.033
Patrimônio líquido				
Capital	5.095	(1.667)	(f)	3.428
Reservas de capital	59.838	(58.333)	(f)	1.505
Reserva de reavaliação	7.639	-		7.639
Ajuste de avaliação patrimonial	59.978	-		59.978
Prejuízos acumulados	(36.059)	(6.153)	(f)	(42.212)
Total do patrimônio líquido	96.491	66.153		30.338
Total do passivo	275.715	36.294		312.009
Total do passivo e patrimônio líquido	372.206	(29.859)		342.347

Demonstração de resultado - Exercício findo em 31 de março de 2012

	Apresentado anteriormente	Ajustes		Reapresentado
Receita operacional	235.740	(20.469)	(a)	215.271
Mudança do valor justo do ativo biológico	-	193	(g)	193
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(223.699)	20.276	(a) e (g)	(203.423)
Lucro bruto	<u>12.041</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.041</u>
Despesas com vendas	(6.673)	-	-	(6.673)
Despesas administrativas e gerais	(10.511)	-	-	(10.511)
Outras despesas operacionais	<u>(201)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(200)</u>
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras cambiais líquidas e impostos	<u>(5.344)</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>(5.343)</u>
Receita financeira	1.148	-	-	1.148
Despesa financeira	(20.368)	(5.841)	(e)	(26.209)
Variação cambial, líquida	<u>(9.391)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(9.391)</u>
Financeiras cambiais líquidas	<u>(28.611)</u>	<u>(5.841)</u>	<u>-</u>	<u>(34.452)</u>
Prejuízo antes dos impostos	(33.955)	(5.840)	-	(39.795)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>18.647</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.647</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(15.308)</u>	<u>(5.840)</u>	<u>-</u>	<u>(21.148)</u>

Demonstração de Resultado - Exercício findo em 31 de março de 2011

	Apresentado anteriormente	Ajustes		Reapresentado
Receita operacional	191.316	(14.433)	(a)	176.883
Mudança do valor justo do ativo biológico	-	488	(g)	488
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(154.468)	13.945	(a)e(g)	(140.523)
Lucro bruto	<u>36.848</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36.848</u>
Despesas com vendas	(8.960)	-	-	(8.960)
Despesas administrativas e gerais	(20.180)	-	-	(20.180)
Outras despesas operacionais	<u>(2.014)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.014)</u>
Lucro antes das receitas (despesas) financeiras cambiais líquidas e impostos	<u>5.694</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.694</u>
Receita financeira	2.194	-	-	2.194
Despesa financeira	(20.167)	(6.153)	(e)	(26.320)
Variação cambial, líquida	<u>6.341</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>6.341</u>
Financeiras cambiais líquidas	<u>(11.632)</u>	<u>(6.153)</u>	<u>-</u>	<u>(17.785)</u>
Prejuízo antes dos impostos	(5.938)	(6.153)	-	(12.091)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>1.300</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.300</u>
Prejuízo líquido do exercício	<u>(4.638)</u>	<u>(6.153)</u>	<u>-</u>	<u>(10.791)</u>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de março de 2012

	Capital	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2011	5.095	59.838	7.639	59.978	(36.059)	96.491
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(878)	-	878	-
Ajuste de avaliação patrimonial (realização)	-	-	-	(5.901)	5.901	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(15.307)	(15.307)
Saldos em 31 de março de 2012 (apresentado anteriormente)	5.095	59.838	6.761	54.077	(44.587)	81.184
Ações preferenciais transferidas do patrimônio líquido para o passivo (f)	(1.667)	(58.333)	-	-	-	(60.000)
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis - 2011 (e)	-	-	-	-	(6.153)	(6.153)
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis - 2012 (e)	-	-	-	-	(5.841)	(5.841)
Ações preferenciais transferidas do passivo para o patrimônio líquido (f)	1.667	58.333	-	-	11.994	71.994
Saldos em 31 de março de 2012 (reapresentado)	<u>5.095</u>	<u>59.838</u>	<u>6.761</u>	<u>54.077</u>	<u>(44.587)</u>	<u>81.184</u>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercício findo em 31 de março de 2011

	Capital	Reservas de capital	Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de março de 2010	5.480	1.505	28.581	61.113	(35.313)	61.366
Redução de capital e da reserva de reavaliação por cisão parcial	(2.052)	-	(18.185)	-	-	(20.237)
Aumento de capital	1.667	-	-	-	-	1.667
Ganho na subscrição de capital	-	58.333	-	-	-	58.333
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(2.757)	-	2.757	-
Ajuste de avaliação patrimonial (realização)	-	-	-	(1.135)	1.135	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(4.638)	(4.638)
Saldos em 31 de março de 2011 (apresentado anteriormente)	5.095	59.838	7.639	59.978	(36.059)	96.491
Ações preferenciais transferidas do patrimônio líquido para o passivo (f)	(1.667)	(58.333)	-	-	-	(60.000)
Juros sobre ações preferenciais resgatáveis (e)	-	-	-	-	(6.153)	(6.153)
Saldos em 31 de março de 2011 (reapresentado)	<u>3.428</u>	<u>1.505</u>	<u>7.639</u>	<u>59.978</u>	<u>(42.212)</u>	<u>30.338</u>

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercício findo em 31 de março de 2012

	31/03/2012 apresentado anteriormente	Ajustes	31/03/2012 reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(15.307)	(5.841)	(21.148)
Ajustes para:			
Depreciação	37.147	-	37.147
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(18.647)	-	(18.647)
Mudança no valor justo do ativo biológico	(193)	-	(193)
Redução no ativo biológico devido a colheita	51.468	-	51.468
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	49	-	49
Provisão para contingências	(228)	-	(228)
Juros e variação cambial não realizados	21.700	5.842(e)	27.542
Residual de ativo imobilizado baixado	13.667	-	13.667
	<u>89.656</u>	<u>1</u>	<u>89.657</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Redução em contas a receber de clientes	(2.163)	-	(2,163)
Aumento nos investimentos financeiros	(23.769)	-	(23,769)
Aumento nos estoques	(16.713)	4.437(b)	(12,276)
Redução nos adiantamentos a fornecedores	433	1.708(b)	2,141
Redução nos impostos a recuperar	(793)	(1)	(794)
Aumento em mutuo financeiro	(390)	-	(390)
Redução de instrumentos derivativos	142	-	142
(Aumento) redução em outros créditos	(6.128)	6.777(b)	649
Aumento em depósitos judiciais e outros	(1.993)	15	(1,978)
Aumento em fornecedores de cana e diversos	44.466	(12.935)(b)	31,531
Aumento em salários e férias a pagar	327	(1)	326
(Redução) em adiantamento de clientes	(7.440)	-	(7,440)
Aumento em impostos e contribuições a recolher	5.438	-	5,438
Redução em impostos parcelados	(2.013)	-	(2,013)
Redução em outras contas a pagar	(8.354)	(1)	(8,355)
Juros pagos	(17.094)	-	(17,094)
	<u>53.612</u>	<u>-</u>	<u>53.612</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Imobilizado	(79.254)	-	(79.254)
Ativo biológico	(69.789)	-	(69.789)
	<u>(149.043)</u>	<u>-</u>	<u>(149.043)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados	209.617	-	209.617
Pagamento de empréstimos, principal	(110.923)	-	(110.923)
Aumento de capital	-	-	-
	<u>98.694</u>	<u>-</u>	<u>98.694</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>3.263</u>	<u>-</u>	<u>3.263</u>
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	7.481	-	7.481
No fim do exercício	10.744	-	10.744
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.263</u>	<u>-</u>	<u>3.263</u>

Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto - Exercício findo em 31 de março de 2012

	31/03/2011 apresentado anteriormente	Ajustes	31/03/2011 reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício	(4.638)	(6.153)	(10.791)
Ajustes para:			
Depreciação	27.831	-	27.831
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(1.300)	-	(1.300)
Mudança no valor justo do ativo biológico	(488)	-	(488)
Redução no ativo biológico devido a colheita	8.602	-	8.602
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	220	-	220
Provisão para contingências	(504)	-	(504)
Juros e variação cambial não realizados	6.793	6.152(e)	12.945
Residual de ativo imobilizado baixado	6.954	-	6.954
	<u>43.470</u>	<u>-</u>	<u>43.469</u>
Variações nos ativos e passivos operacionais			
Redução em contas a receber de clientes	4.890	-	4.890
Diminuição nos estoques	2.555	-	2.555
Aumento nos adiantamentos a fornecedores	(7.185)	-	(7.185)
Redução nos impostos a recuperar	3.111	-	3.111
Redução em mutuo financeiro	8.053	-	8.053
Redução em outros créditos	1.225	-	1.225
Redução em depósitos judiciais e outros	10	-	10
Redução em fornecedores de cana e diversos	(756)	-	(756)
Aumento em salários e férias a pagar	3.333	-	3.333
Redução em adiantamento de clientes	(7.667)	-	(7.667)
Redução em impostos e contribuições a recolher	(3.121)	-	(3.121)
Aumento em impostos parcelados	580	-	580
Redução em outras contas a pagar	(1.981)	-	(1.981)
Juros pagos	(11.094)	-	(11.094)
	<u>35,423</u>	<u>-</u>	<u>35,422</u>
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais			
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Imobilizado	(45,962)	-	(45,962)
Ativo biológico	(44,364)	-	(44,364)
	<u>(90,326)</u>	<u>-</u>	<u>(90,326)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento			
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Empréstimos tomados	32,280	-	32,280
Pagamento de empréstimos, principal	(31,651)	-	(31,651)
Aumento de capital	60,000	-	60,000
	<u>60,629</u>	<u>-</u>	<u>60,629</u>
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento			
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>5,726</u>	<u>-</u>	<u>5,726</u>
Demonstração do aumento de caixa e equivalentes de caixa			
No início do exercício	1,755	-	1,755
No fim do exercício	7,481	-	7,481
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>5,726</u>	<u>-</u>	<u>5,726</u>

Esses ajustes têm a seguinte natureza:

- (a) Reclassificação para apresentação de ativos / passivos e receitas / custos relativos a operações de *performance* em uma base líquida pelo qual a Companhia está atuando como um agente;
- (b) Reclassificação dos adiantamentos e contas a pagar a fornecedores com partes relacionadas.

- (c) Reclassificação de ativos relacionados a outros depósitos judiciais que estavam sendo apresentados separadamente de depósitos judiciais.
- (d) Reclassificação de ativos e passivos fiscais diferidos para apresentação líquida, de acordo com o CPC 32/IAS 12.
- (e) Juros sobre Ações Preferenciais Resgatáveis enquanto classificados como passivos financeiros ajustados pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor), acrescido de juros de 12% aa, conforme descrito na nota 24.
- (f) Reclassificação do patrimônio líquido para o passivo não circulante de ações preferenciais resgatáveis, conforme descrito na nota 24.
- (g) Reclassificação para reconhecer mudanças no valor justo dos ativos biológicos dentro dos custos das mercadorias vendidas.

Consequentemente, a Companhia reapresentou as seguintes notas 8, 9, 16, 22 e 24, para as correções feitas como descrito acima.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo, têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidas como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, adiantamento a fornecedores, despesas antecipadas e outras contas a receber.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Instrumentos patrimoniais que não tenham preço de mercado cotado em mercado ativo e cujo valor justo não possa ser confiavelmente medido devem ser medidos pelo custo.

ii. *Passivos financeiros não derivativos*

A companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido

de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

iii. Capital social

Em 31 de março de 2013, as ações ordinárias e preferenciais são classificadas como patrimônio líquido. Em anos anteriores, algumas ações preferenciais resgatáveis foram classificadas como passivos financeiros.

Os dividendos mínimos obrigatórios estabelecidos em nosso estatuto são reconhecidos como passivo.

iv. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira e preço. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados individualmente caso as características econômicas e riscos do contrato principal e o derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo, e o instrumento combinado não é mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas contra o resultado.

c. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumulada.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado) e são reconhecidos dentro de outras receitas ou despesas operacionais líquidas no resultado.

ii. Custos de manutenção

A Companhia realiza anualmente manutenções em sua unidade industrial, aproximadamente no período de dezembro a março. Os principais custos de manutenção incluem custos de mão de obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Tais custos são contabilizados como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que eles estão instalados e prontos para uso ou em caso de ativos construídos internamente, a partir da data em que o ativo está concluído e está pronto para uso.

As taxas médias ponderadas anuais para depreciação dos ativos, para o exercício corrente e comparativo, são as seguintes:

	31/03/2013	31/03/2012	31/03/2011
Edificações	3.96%	3.96%	3.96%
Máquinas e equipamentos	12.08%	12.08%	12.08%
Máquinas e Implementos agrícolas	14.50%	14.50%	14.50%
Veículos	15.55%	15.55%	15.55%
Móveis e utensílios	30.00%	30.00%	30.00%

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados, se apropriado.

d. Ativos biológicos

Os ativos biológicos são mensurados pelo valor justo, deduzidos das despesas de venda e impostos. Alterações no valor justo menos despesas de venda e impostos são reconhecidos no resultado. Custos de venda incluem todos os custos que seriam necessários para vender os ativos. A cana-de-açúcar em pé é transferida ao estoque pelo seu valor justo, deduzido das despesas estimadas de venda e impostos apurados na data de corte.

e. Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes a propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

f. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção e inclui gastos

incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

O custo transferido dos ativos biológicos para os estoques é o valor justo menos os custos de venda na data da colheita.

g. Redução ao valor recuperável - *Impairment*

i. *Ativos financeiros (incluindo recebíveis)*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos biológicos, estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou da unidade geradora de caixa “UGC” exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. As perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

h. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo à empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j. Receita operacional

Venda de produtos

A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômico-financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimados de maneira confiável, de que não haja

envolvimento contínuo com os produtos vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais de cada contrato de venda. Para as vendas de açúcar e etanol no mercado interno, a transferência normalmente ocorre quando o produto é entregue no estabelecimento do cliente ou quando é retirado pelo cliente nas dependências da Companhia. No caso das vendas no mercado externo a transferência ocorre mediante o carregamento das mercadorias no transportador pertinente no porto do vendedor. Para as vendas de energia elétrica, a Companhia se utiliza de medidores de energia transmitida a clientes, sendo que a cada fechamento mensal há a valorização dessa quantidade e o consequente reconhecimento da receita.

k. Subvenção e assistência governamentais

As subvenções governamentais que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado em uma base sistemática no mesmo período em que as despesas são registradas.

l. Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinação se um contrato tem um arrendamento

No começo de um contrato a Companhia define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- O contrato contém direito de utilização do ativo

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso a Companhia conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

m. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente rendimentos de aplicações financeiras, variação cambial, juros, multas contratuais e ganhos com instrumentos financeiros derivativos. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem substancialmente despesas com juros sobre empréstimos, despesas bancárias, variação cambial e perdas com instrumentos financeiros derivativos. Custos

de empréstimo que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método do juros efetivos.

n. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.000 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomada e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tenha que ser realizado. A Companhia acredita que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas o que levariam a Companhia a mudar o seu julgamento quanto a adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o. Aspectos ambientais

As instalações de produção da Companhia e suas atividades industriais e agrícolas são ambas sujeitas à regulamentações ambientais. A Companhia diminui os riscos associados com assuntos ambientais, por procedimentos operacionais e controles e investimentos em equipamento de controle de poluição e sistemas. A Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

p. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, emendas a normas e interpretações emitidas pelo CPC ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de março de 2013, sendo essas:

i. CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas, CPC 19 (R2) - Negócios em conjunto e CPC 45 - Divulgação de participações em outras sociedades

O CPC 36 (R3) introduziu novo conceito de controle para determinar qual investida deve ser consolidada.

O objetivo do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) é estabelecer princípios para apresentação e elaboração de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade controla uma ou mais outras entidades. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

Pelo CPC 19 (R2), a estrutura de negócios em conjunto, embora ainda seja uma importante consideração, não é o principal fator na determinação do tipo de negócio em conjunto e da subsequente contabilização:

- Operação em conjunto (*joint operation*), quando as partes integrantes têm direitos sobre os ativos e têm obrigações pelos passivos relacionados ao negócio, é contabilizada de acordo com os interesses das partes nos ativos, passivos, receitas e despesas.
- Empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*), quando as partes integrantes têm direitos sobre os ativos líquidos do negócio, é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial, tendo sido eliminada a consolidação proporcional de empreendimento controlado em conjunto.

O objetivo desse pronunciamento é estabelecer princípios para o reporte financeiro por entidades que tenham interesses em negócios controlados em conjunto (*negócios em conjunto*). A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

O CPC 45 consolida todos os requerimentos de divulgações que uma entidade deve fazer quando participa em uma ou mais outras entidades. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

ii. CPC 18 (R2) - Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto

As principais mudanças introduzidas pelo CPC 18 (R2) se refere à contabilização dos resultados e transações ascendentes (upstream) entre a controlada e a controladora e de transações entre as controladas do mesmo grupo econômico que devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras da vendedora, mas não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais da controladora enquanto os ativos transacionados estiverem no balanço da adquirente pertencente ao grupo econômico.

O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer a contabilização de investimentos em coligadas e em controladas e definir os requisitos para a aplicação do método da equivalência patrimonial quando da contabilização de investimentos em coligadas, em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

iii. CPC 33 (R1) - Benefícios a empregados

As principais mudanças introduzidas pelo CPC 33 (R1) se refere à contabilização de planos de benefícios definidos. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

iv. CPC 46 - Mensuração do valor justo

O CPC 46 define valor justo, explica como mensurá-lo e determina o que deve ser divulgado sobre essa forma de mensuração. A administração da Companhia concluiu não haver impactos nestas demonstrações financeiras decorrente da adoção desse pronunciamento.

Os novos pronunciamentos ou alterações de pronunciamentos conforme indicados acima não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras. Estas normas são efetivas para períodos anuais iniciados em 1 de janeiro de 2013 (aplicável a Companhia em 1 de abril de 2013).

A administração da Companhia concluiu que nenhum desses novos pronunciamentos terá efeito material sobre as demonstrações financeiras.

4 Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

i. Ativos biológicos

A metodologia adotada pela Companhia, para satisfazer à exigência de cálculo nos ativos biológicos correspondentes as soqueiras, que geram várias colheitas e a cana-de-açúcar em pé, foi de acordo com método de fluxo de caixa futuro descontado. O fluxo de caixa futuro descontado é efetuado considerando premissas como preço da tonelada de cana-de-açúcar, produtividade, custos de corte, carregamento e transporte, custo dos tratamentos culturais, custos de parceria, custo de capital, impostos, entre outros. A taxa de desconto utilizada para descontar o

fluxo de caixa ao valor presente é calculada com base Custo Médio Ponderado de Capital - WACC.

ii. Contas a receber de clientes e outros recebíveis, fornecedores e outras contas decorrentes diretamente das operações da companhia.

O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. Esse valor justo é determinado para fins de divulgação.

iii. Empréstimos e financiamentos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

iv. Outros passivos financeiros não derivativos

O valor justo, que é determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. Para arrendamentos financeiros, a taxa de juros é apurada por referência a contratos de arrendamentos semelhantes.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012	2011
Caixa e bancos	4.998	1.328	915
Aplicações financeiras	<u>4.468</u>	<u>9.416</u>	<u>6.566</u>
	<u>9.466</u>	<u>10.744</u>	<u>7.481</u>

O saldo de caixa e bancos compreende os depósitos em conta-corrente disponíveis para uso imediato. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia.

As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data da demonstração da posição financeira em que o valor não exceda o valor de mercado. Esses investimentos podem ser imediatamente resgatados sem penalidades ou perdas.

A exposição da Companhia a risco de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros.

6 Investimentos financeiros

	2013	2012	2011
Taxas de juros fixadas			
CDB- Certificado de depósito bancário	100% do CDI- Certificado de depósito bancário (*)		
	<u>26.271</u>	<u>23.769</u>	<u> </u>
	<u>26.271</u>	<u>23.769</u>	<u> </u>

Os investimentos referem-se a valores retidos como garantia no momento da liberação das operações de financiamento de capital de giro e adiantamentos sobre contratos de câmbio (ACC).

A exposição da Companhia a risco de crédito, taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros.

7 Contas a receber de clientes

	2013	2012	2011
Contas a receber de clientes - mercado interno	3.776	5.265	3.102
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	<u>(437)</u>	<u>(381)</u>	<u>(332)</u>
	<u>3.339</u>	<u>4.884</u>	<u>2.770</u>

A composição dos saldos por idade de vencimento está assim apresentada:

	2013	2012	2011
A vencer:			
Até 30 dias	485	115	249
De 31 a 60 dias	-	-	60
De 61 a 90 dias	-	24	60
De 91 a 180 dias	-	-	60
De 181 a 360 dias	-	-	-
Acima de 360 dias	<u>21</u>	<u>94</u>	<u>451</u>
	<u>506</u>	<u>233</u>	<u>880</u>
Vencidos:			
Até 30 dias - (a)	2.322	4.272	941
De 31 a 60 dias	199	113	93
De 61 a 90 dias	5	62	43
De 91 a 120 dias - (b)	332	5	243
De 121 a 180 dias	13	41	450
De 181 a 360 dias	26	157	113
Acima de 360 dias	<u>373</u>	<u>382</u>	<u>339</u>
	<u>3.270</u>	<u>5.032</u>	<u>2.222</u>
	<u>3.776</u>	<u>5.265</u>	<u>3.102</u>

(a) Valor recebido no início de abril da Cargill e Czarnikow do Brasil Ltda;

(b) R\$ 332 valor no processo de reembolso pela seguradora.

Representado substancialmente por saldos a receber referente à venda de açúcar e álcool, no mercado interno.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos. A despesa com constituição da provisão para crédito de liquidação duvidosa foi registrada na rubrica “Despesas de Vendas” na demonstração do resultado do exercício.

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre contas a receber é apresentada a seguir:

	2013	2012	2011
Saldo no início do exercício	381	332	112
Adição	<u>56</u>	<u>49</u>	<u>220</u>
Saldo no final do exercício	<u>437</u>	<u>381</u>	<u>332</u>

A Companhia em 31 de março de 2013 não possuía nenhuma operação que gerasse efeito significativo de ajuste a valor presente.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas à contas a receber de clientes, são divulgadas na nota explicativa 31.

8 Estoques

	2013	2012 (Reapresentado)	2011 (Reapresentado)
Produtos acabados			
Açúcar	1.807	3.424	
Etanol	2.839	8.466	160
Almoxarifado e outros	<u>4.988</u>	<u>3.857</u>	<u>3.311</u>
	<u>9.634</u>	<u>15.747</u>	<u>3.471</u>

Em 31 de março de 2013, materiais de almoxarifado e outros e alterações em produtos acabados, reconhecidos no custo de venda, totalizavam R\$ 221.389 (R\$ 223.669 em 31 de março de 2012 e R\$ 154.956 em 31 de março de 2011).

9 Adiantamento a fornecedores

	2013	2012 (Reapresentado)	2011 (Reapresentado)
Adiantamento fornecedores diversos	252	7.137	346
Adiantamento fornecedores de cana	22.023	18.236	18.669
Adiantamento fornecedores - Partes relacionadas (nota 11)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>8.499</u>
	<u>22.275</u>	<u>25.373</u>	<u>27.514</u>

Adiantamento a fornecedores diversos referem-se substancialmente representado por antecipações de pagamentos relacionados à aquisição de bens relacionados ao investimento em expansão e modernização do parque industrial.

Os adiantamentos a fornecedores de cana referem-se a valores adiantados para futuro fornecimento de cana de contratos de parceria, correspondentes a 409.000 toneladas de cana-de-açúcar (298.000 toneladas de cana de açúcar em 31 de março de 2012 e 359.000 toneladas de cana-de-açúcar em 31 de março de 2011), cuja entrega do produto ocorrerá na próxima safra.

10 Impostos a recuperar

	2013	2012	2011
ICMS	2.901	879	1.214
COFINS	181	549	144
PIS	39	119	31
IPI	662	381	-
IOF	148	136	-
IRRF	664	356	237
CSSL	<u>33</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>4.628</u>	<u>2.420</u>	<u>1.626</u>
Ativo circulante	4.327	2.119	1.284
Ativo não circulante	301	301	342

ICMS

O saldo é composto por créditos apurados nas operações mercantis e de aquisição de bens integrantes do ativo imobilizado, que estão sendo realizados na razão de 1/48, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

11 Partes relacionadas

a. Remuneração de pessoal-chave da administração

Em 2013 a remuneração do pessoal-chave da administração totalizou R\$ 3.277 (R\$ 2.103 em 2012 e R\$ 2.599 em 2011) e incluiu salários e benefícios variáveis.

b. Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2013, 2012 e 2011, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com partes do mesmo grupo econômico:

Saldos e transações:

Circulante	Ativo			Passivo			Resultado		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Circulante									
Adiantamento de cana-de-açúcar	-	-	8.499	-	-	-	-	-	5.694
Compra de cana-de-açúcar(a) Acionistas	-	-	-	65	495	8.995	-	-	-
Não circulante									
Mútuo (b)	242	464	-	2.379	82	8	(2.075)	(24)	323

Condomínio agrícola - Flávio de Albuquerque Pinheiro e Outros

- (a) Em 31 de agosto de 2010, foi assinado pelos sócios da Companhia, o instrumento particular de compra e venda de lavoura de cana-de-açúcar e implementos agrícolas, decorrentes de contratos particulares de parcerias agrícolas transferindo à Paraíso Bioenergia S/A todos os bens, direitos e obrigações do Condomínio Agrícola denominado Flávio de Albuquerque Pinheiro e Outros. O saldo será liquidado durante a safra 2013/14.
- (b) Trata-se de mutuo financeiro atualizado mensalmente pela taxa pré-fixada de 15% a.a.

12 Outros créditos

	2013	2012	2011
Contas a receber - Venda de terras	-	-	675
Despesas antecipadas	<u>496</u>	<u>110</u>	<u>84</u>
	<u>496</u>	<u>110</u>	<u>759</u>

13 Ativo biológico

Os ativos biológicos da Companhia compreendem o cultivo e plantio de cana-de-açúcar, através de contratos com arrendatários e parceiros de cana, para utilização como matéria em seus processos industriais de açúcar e etanol. O cultivo de cana-de-açúcar é iniciado pelo plantio de mudas em terras de terceiros, e o primeiro corte ocorre após um período de 12 a 18 meses do plantio, quando a cana é cortada e a raiz (“soqueira”) continua no solo. Após cada corte ou ano/safra, a soqueira tratada cresce novamente, dando em média um total de cinco ou seis safras, variando com base na cultura e material genético a que se refere.

A seguir, estão demonstradas as movimentações dos ativos biológicos da Companhia:

Ativo biológico em 01 de abril de 2010	54.208
(-) Diminuição devido a colheita	(8.602)
Aumento devido a novas plantações	44.364
Mudança no valor justo	<u>488</u>
Ativo biológico em 31 de março de 2011	90.458

(-) Diminuição devido a colheita	(51.468)
Aumento devido a novas plantações	69.789
Mudança no valor justo	<u>193</u>

Ativo biológico em 31 de março de 2012 108.972

(-) Diminuição devido a colheita	(50.241)
Aumento devido a novas plantações	68.545
Mudança no valor justo	<u>28.288</u>

Ativo biológico em 31 de março de 2013 155.564

O ativo biológico possui sua realização nos seguintes anos safras:

	2013	2012	2011
2011/2012	-	-	20.740
2012/2013	-	31.622	25.574
2013/2014	47.347	28.441	19.522
2014/2015	37.418	20.053	11.595
2015/2016	25.845	10.986	3.387
2016/2017	18.140	9.669	9.640
2017/2018	14.189	8.201	-
2018/2019	9.842	-	-
2019/2020	<u>2.783</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>155.264</u>	<u>108.972</u>	<u>90.458</u>

As áreas cultivadas representam apenas as plantas de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram.

As seguintes premissas foram utilizadas na determinação do valor justo:

	2013	2012	2011
Área estimada de colheita (hectares)	21.564	20.032	19.853
Produtividade prevista (tons de cana/hectares)	71	68	68
Quantidade total de açúcar recuperável - ATR (kg)	140,00	140,56	140,55
Valor do Kg de ATR (R\$/kg)	0,4867	0,5137	0,4397

O valor justo das lavouras de cana-de-açúcar foi determinado utilizando-se a metodologia de fluxo de caixa descontado, considerando:

- Entradas de caixa obtidas pela multiplicação da (i) produção estimada, medida em quilos de ATR (Açúcar Total Recuperável) e do (ii) preço de mercado futuro da cana-de-açúcar, o qual é estimado com base em dados públicos e estimativas de preços futuros do açúcar e do etanol; e
- Saídas de caixa representadas pelas estimativas de (i) os custos necessários para a transformação biológica de cana (manipulação de colheita) até a colheita, (ii) os custos associados com a colheita / corte, carregamento e transporte (CCT), e (iii) os custos de leasing e de parceria agrícola.

Com base nas estimativas de receitas e despesas, a Companhia determina os fluxos de caixa descontados que serão gerados e valor presente que quantidade, considerando uma taxa de desconto real de 4,67% ao ano, compatível com a remuneração do investimento nas circunstâncias. As alterações no valor justo são apresentados como “As alterações no valor justo dos ativos biológicos”.

O modelo e as premissas utilizadas na determinação do valor justo representam a melhor estimativa da Administração na data das demonstrações financeiras e são revisados anualmente.

O aumento ou diminuição no valor justo é determinado pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período, menos os custos incorridos de plantio no desenvolvimento e depreciação dos ativos biológicos no período.

A Companhia está exposta a uma série de riscos relacionados às suas plantações:

Riscos regulatórios e ambientais

As Empresas Agrícolas estão sujeitas às leis e regulamentos pertinentes as atividades em que opera. Dessa forma, as Empresas estabeleceram políticas ambientais e procedimentos que visam o cumprimento das leis ambientais. A Administração realiza análises periódicas para identificar os riscos ambientais e para garantir que seus sistemas existentes são suficientes para gerir esses riscos.

Riscos de oferta e demanda

As Empresas Agrícolas estão expostas aos riscos decorrentes das flutuações no preço e volume de vendas de açúcar e etanol produzidos a partir da cana-de-açúcar. A Administração, por meio do plano estratégico, realiza análises para assegurar que os volumes projetados de produção estão coerentes com a demanda esperada.

Riscos climáticos e outras

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas ao risco de danos decorrentes das mudanças climáticas, pragas e doenças, incêndios e outras forças naturais. As Empresas têm processos extensivos com recursos alocados para acompanhar e mitigar esses riscos, incluindo inspeções regulares de situação da lavoura de cana-de-açúcar.

14 Outros investimentos

	2013	2012	2011
Outros investimentos	<u>108</u>	<u>108</u>	<u>108</u>

Os investimentos da Companhia em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda e encontram-se registrados pelo custo.

15 Imobilizado

	Edificações	Máquinas e equipamentos	Máquinas e implementos agrícolas	Móveis e utensílios	Veículos	Equipamentos de computação	Terras	Obras em andamento	Manutenção de entressafra	Adiantamento a fornecedores	Total
Custo											
Saldo em 31 de março de 2010	37.728	155.903	19.986	920	22.065	557	21.544	354	15.882	232	275.171
Adições	949	2.314	10.123	212	2.480	95		6.372	20.309	3.108	45.962
Baixas	(1.714)	(4.821)	(2.043)	(3)	(1.242)	(141)	(20.877)	(21)	(12.606)	(827)	(44.295)
Transferências	663	123	(68)	-	-	414	-	(850)	-	(282)	-
Saldo em 31 de março de 2011	37.626	153.519	27.998	1.129	23.303	925	667	5.855	23.585	2.231	276.838
Adições	5	734	13.279	145	325	63	-	34.842	17.842	12.019	79.254
Baixas	(22)	(355)	(2.255)	(22)	(415)	-	-	-	(20.785)	(12.026)	(35.880)
Transferências	759	315	-	288	-	(346)	-	(1.158)	-	142	-
Saldo em 31 de março de 2012	38.368	154.213	39.022	1.540	23.213	642	667	39.539	20.642	2.366	320.212
Adições	-	651	2.758	214	1.768	15	-	7.276	20.435	1.853	34.970
Baixas	(103)	(5.335)	(1.126)	(4)	(623)	(1)	-	-	(22.021)	(2.550)	(31.763)
Transferências	15.557	28.249	-	102	-	394	-	(44.302)	-	-	-
Saldo em 31 de Março de 2013	53.822	177.778	40.654	1.852	24.358	1.050	667	2.513	19.056	1.669	323.419
Saldo em 31 de março de 2010	(6.890)	(33.396)	(7.647)	(696)	(9.339)	(256)	-	-	-	-	(58.224)
Depreciações do período	(985)	(8.976)	(1.930)	(98)	(3.192)	(44)	-	-	-	-	(15.225)
Baixas	39	1.773	1.754	1	921	-	-	-	-	-	4.488
Saldo em 31 de março de 2011	(7.836)	(40.599)	(7.823)	(793)	(11.610)	(300)	-	-	-	-	(68.961)
Depreciações do período	(1.479)	(8.685)	(2.594)	(113)	(3.424)	(67)	-	-	-	-	(16.362)
Baixas	-	131	917	15	365	-	-	-	-	-	1.428
Saldo em 31 de março de 2012	(9.315)	(49.153)	(9.500)	(891)	(14.669)	(367)	-	-	-	-	(83.895)
Depreciações do período	(1.397)	(8.781)	(3.794)	(147)	(3.492)	(65)	-	-	-	-	(17.676)
Baixas	36	1.051	712	1	419	-	-	-	-	-	2.219
Saldo em 31 de Março de 2013	(10.676)	(56.883)	(12.582)	(1.037)	(17.742)	(432)	-	-	-	-	(99.352)
Valor líquido contábil											
Em 31 de março de 2011	29.790	112.920	20.175	336	11.693	625	667	5.855	23.585	2.231	207.877
Em 31 de março de 2012	29.053	105.060	29.522	649	8.544	275	667	39.539	20.642	2.366	236.317
Em 31 de março de 2013	43.146	120.895	28.072	815	6.616	618	667	2.513	19.056	1.668	224.066

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

O teste de redução ao valor recuperável efetuado pela Companhia foi baseado no estudo das projeções de fluxos de caixa descontadas a valor presente. As projeções foram realizadas em Reais (R\$) em termos reais.

Baseado nesse teste não foram identificadas perdas a reconhecer nas demonstrações financeiras.

Principais premissas utilizadas nas projeções de fluxos de caixa descontados

As principais premissas utilizadas no cálculo do valor recuperável são:

- Fluxo de caixa projetado
- Taxa de juros para fins de desconto a valor presente

Garantia

Em 31 de março de 2013, a Companhia concedeu como garantia de financiamentos bancários terrenos, máquinas, equipamentos e veículos com valor contábil R\$ 168.100 (R\$171.857 em março de 2012 e R\$ 108.536 em março de 2011)

16 Fornecedores de cana e diversos

	2013	2012 (Reapresentado)	2011 (Reapresentado)
De materiais de serviços	38.169	58.840	19.365
De cana de açúcar	32.462	4.692	4.136
Cana de açúcar partes relacionadas (Nota 11)	<u>65</u>	<u>495</u>	<u>8.995</u>
	<u>70.696</u>	<u>64.027</u>	<u>32.496</u>
Passivo circulante	64.433	54.850	23.501
Passivo não circulante	6.263	9.177	8.995

A exposição da Companhia a riscos de moeda e liquidez relacionados a contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar é divulgada na nota explicativa 31.

17 Financiamentos e empréstimos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de financiamentos e empréstimos com juros que são mensurados pelo custo amortizado da Companhia. A nota explicativa 31 divulga informações adicionais com relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros e moeda. Os financiamentos e empréstimos correntes e não-correntes totalizam R\$ 300.974 em 31 de março de 2013, comparado com R\$ 233.584 em 31 de março de 2012 e R\$ 130.283 em 31 de março de 2011 os quais, substancialmente aumentaram em função de novos recursos para expansão agrícola, industrial e variações cambiais, como demonstramos abaixo.

	2013	2012	2011
Financiamentos e empréstimos	300.974	233.584	130.283
Caixa + Aplicações financeiras	<u>(35.737)</u>	<u>(34.513)</u>	<u>(7.481)</u>
Passivo bancário líquido	<u>265.237</u>	<u>199.071</u>	<u>122.802</u>

	2013	2012	2011
Passivo circulante			
Finame	6.005	5.951	4.001
Capital de giro	8.108	18.122	12.507
Custeio Agrícola - PESA	647	590	572
Leasing	67	942	3.387
Adiantamento de Contrato de Câmbio - ACC	52.993	49.739	18.519
Pré pagamento para exportação	<u>144.799</u>	<u>1.693</u>	<u>13.369</u>
	<u>212.619</u>	<u>77.038</u>	<u>52.355</u>
Passivo não circulante			
Finame	13.330	17.641	5.882
Capital de giro	71.997	7.034	31.902
Custeio Agrícola - PESA	3.028	2.479	2.655
Leasing	-	79	866
Pré pagamento para exportação	<u>-</u>	<u>129.313</u>	<u>36.622</u>
	<u>88.355</u>	<u>156.546</u>	<u>77.928</u>
Total do passivo bancário	<u>300.974</u>	<u>233.584</u>	<u>130.283</u>

Cláusulas restritivas dos contratos de financiamentos

Como forma de monitoramento da situação financeira da Companhia pelos credores envolvidos são utilizados *covenants* financeiros em alguns dos contratos de dívida. A Companhia realiza o acompanhamento sobre o atendimento a tais cláusulas.

Seguem abaixo os contratos que contém *covenants* financeiros e sua forma de apuração:

Operação sindicalizada Pré Pagamento de Exportação (PPE) formado por 4 bancos (Rabobank, Santander, Votorantim e Bradesco)

- Apuração dos indicadores financeiros é feita no final de cada exercício com base nas demonstrações financeiras anuais.
- Dívida Bancária Líquida / EBITDA = índice menor ou igual a 3,5.
- EBITDA / (Despesas Financeiras Líquidas (-) Variações Monetárias e Cambiais) = índice maior ou igual a 3,0.

Em 31 de março de 2013, a Companhia não cumpriu com algumas obrigações contratuais (*covenants*) relacionadas com certos indicadores financeiros, como indicado acima. A Administração da Companhia obteve o consentimento da instituição financeira (*waiver*) por não cumprimento dessas obrigações, após o final do ano e, portanto, reclassificou o montante de R\$ 142.791 do passivo não circulante para o passivo circulante.

Operação Cédula de Crédito à Exportação (CCE) contratada junto ao Banco BTG Pactual

- Apuração dos indicadores financeiros a cada encerramento de trimestre com base nos últimos 12 meses tendo como primeiro período de medição o trimestre encerrado em 30 de junho de 2013

- Dívida Bancária Líquida / EBITDA menor ou igual a 3,5.
- Índice de Liquidez corrente igual ou superior a 0,70
- EBITDA / (Despesas Financeiras Líquidas (-) Variações Monetárias e Cambiais) maior ou igual a 3,0.

Em 31 de março de 2013, a Companhia não cumpriu com algumas obrigações contratuais (covenants) relacionadas com certos indicadores financeiros, como indicado acima. A Administração da Companhia obteve o consentimento da instituição financeira (waiver) por não cumprimento dessas obrigações antes do final do ano e, portanto, manteve a classificação de tais empréstimos como não circulante.

As parcelas do financiamento classificados como passivo não circulante vencem entre abril 2014 e novembro de 2019, e têm o seguinte cronograma de pagamento.

Ano de vencimento:	2013	2012	2011
2012	-	-	34.000
2013	-	34.077	36.513
2014	23.693	38.665	2.161
2015	34.030	55.149	4.273
2016	18.923	27.752	311
2017	10.832	460	276
2018	575	275	245
2019	<u>302</u>	<u>168</u>	<u>149</u>
	<u>88.355</u>	<u>156.546</u>	<u>77.928</u>

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto são os seguintes:

Modalidade	Moeda	Indexador	Taxa média anual de juros	Ano de vencimento	2013		2012		2011	
					Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Finame	R\$	TJLP	8,55%	2012 à 2017	19.335	19.335	23.592	23.592	22.101	22.101
Capital de giro	R\$	CDI	10,70%	2012 à 2014	2.974	2.974	17.984	17.984	34.226	34.226
Custeio Agrícola - PESA	R\$	IGPM	4,54%	2019	3.675	3.675	3.069	3.069	3.469	3.469
Leasing	R\$	CDI	7,80%	2013	67	67	1.021	1.021	3.292	3.292
Adiant.Contratos Câmbio - ACC	U\$D	Taxa Pré-fixada	8,10%	2013	52.993	52.993	49.739	49.739	25.960	25.960
Capital de giro	U\$D	LIBOR	6,30%	2013 à 2015	10.569	10.569	9.272	9.272	4.975	4.975
Cédula de Crédito à Exportação - CCE	U\$D	LIBOR	13,50%	2013 à 2017	66.563	66.563	0	0	0	0
Pré-pagamento para exportação	U\$D	LIBOR	7,80%	2013 à 2017	144.799	144.799	131.006	131.006	46.975	46.975

Garantias

As garantias oferecidas pela Companhia por modalidades de empréstimos são as que seguem:

Modalidade	Garantia	Valor
FINAME	Alienação Fiduciária de Ativo Imobilizado	26.443.086
Leasing Custeio Agrícola (PESA)	Alienação Fiduciária de Ativo Imobilizado	134.019
	Títulos do Tesouro Nacional / Hipoteca de Imóveis Rurais	32.143.488
Pré-Pagamento de exportação	Alienação Fiduciária de Ativo Imobilizado / Contratos de venda de açúcar / Hipoteca de imóveis rurais	380.869.768
Capital de Giro	Aplicação financeira / Contratos de venda de açúcar / Hipoteca de Imóveis Rurais / Penhor de Cana de Açúcar	224.580.739
Adiantamentos Contratos de Cambio - ACC	Contratos de venda de açúcar / Aplicação Financeira / Penhor de Cana de Açúcar	34.349.412

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por terrenos, máquinas, equipamentos e veículos com valor contábil R\$ 167.434 (R\$ 171.857 em 2012 e R\$ 108.536 em 2011), conforme mencionado na nota explicativa nº 15.

18 Impostos e contribuições a recolher

	2013	2012	2011
ICMS	166	2.986	124
INSS	6.185	2.407	1.057
FGTS	267	421	186
ISS	2.012	877	344
IRRF	1.567	480	-
Outros	<u>619</u>	<u>143</u>	<u>165</u>
	<u>10.816</u>	<u>7.314</u>	<u>1.876</u>

19 Impostos parcelados

	2013	2012	2011
INSS	3.032	1.839	2.286
ICMS	8.828	5.819	7.539
REFIS - Lei nº. 11.941	1.012	2.126	2.331
Demais	<u>1.513</u>	<u>557</u>	<u>198</u>
	<u>14.385</u>	<u>10.341</u>	<u>12.354</u>
Passivo circulante	7.930	4.752	5.441
Passivo não circulante	6.455	5.589	6.913

As parcelas do passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2013	2012	2011
Ano de vencimento:			
2012			2.602
2013		2.343	1.803
2014	2.885	1.352	1.199
2015 a 2024	<u>3.570</u>	<u>1.894</u>	<u>1.309</u>
	<u>6.455</u>	<u>5.589</u>	<u>6.913</u>

20 Adiantamento de clientes

	2013	2012	2011
Adiantamento de clientes de açúcar	2.600	5.174	16.032
Adiantamento de clientes de etanol	1.042	3.303	843
Adiantamento de clientes outros produtos	<u>471</u>	<u>958</u>	<u>-</u>
	<u>4.113</u>	<u>9.435</u>	<u>16.875</u>
Passivo circulante	4.113	9.435	6.423
Passivo não circulante	-	-	10.452
Ano de vencimento:	2013	2012	2011
2011	-	-	-
2012	-	9.435	5.096
2013	<u>4.113</u>	<u>-</u>	<u>5.356</u>
	<u>4.113</u>	<u>9.435</u>	<u>10.452</u>

Os adiantamentos de clientes correspondem substancialmente a pagamento antecipado correspondentes a 2.800 toneladas de açúcar e 600 m³ de etanol hidratado (4.000 toneladas de açúcar e 2.500 m³ de etanol hidratado em 31 de março de 2012, 9.100 toneladas de açúcar e 875 m³ de etanol hidratado em 31 de março de 2011), a serem realizados na safra 2013/14.

21 Outras contas a pagar

	2013	2012	2011
Crystalsev Comércio e Representações Ltda.	-	-	9.032
Macquarie Brasil Participações Ltda.	-	1.688	1.578
Outros	<u>1.179</u>	<u>1.103</u>	<u>536</u>
	<u>1.179</u>	<u>2.791</u>	<u>11.147</u>
Passivo circulante	1.179	2.793	4.477
Passivo não circulante	-	-	6.669

Crystalsev Comércio e Representações Ltda.

Trata-se de valores a pagar oriundos de proposta de acordo de celebração de composição amigável entre as partes, assinada em 18 de março de 2010 onde a Paraíso Bioenergia S/A., concordou com a dívida financeira perante a Crystalsev Comercio e Representações Ltda, no valor de U\$\$ 5.500.000 (cinco milhões e quinhentos mil dólares) norte americanos que foi convertido pela cotação da PTAX800 do Banco Central do Brasil, na data de 31 de outubro de 2009 correspondentes a R\$ 9.117 (R\$ 10.195 em 31 de março de 2011 e R\$ 0 em 31 de março de 2012 e 2013) que foram liquidados conforme as condições do plano de recuperação extrajudicial.

Macquarie Brasil Participações Ltda.

Trata-se de honorários para estruturar e intermediar operações relativas à reestruturação das operações financeiras que deram origem ao pedido de recuperação extrajudicial.

22 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. Esses créditos são mantidos no ativo não circulante, conforme regulamentação do CPC 26 e CPC 32.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas anualmente, caso haja fatores relevantes que venha a modificar as projeções.

As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação desses créditos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social. Os impostos diferidos tem a seguinte origem:

a. Natureza dos tributos diferidos

	Saldo em 31 de março de 2011 (Reapresentado)	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2012 (Reapresentado)
Ativo biológico	5.826	(66)	5.760
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social	24.033	5.036	29.069
Adições temporárias	-	-	-
Exclusões temporárias	(30.254)	10.113	(20.141)
Reserva de reavaliação	(4.186)	524	(3.662)
Imobilizado (custo atribuído e taxa de depreciação)	(30.898)	<u>3.040</u>	<u>(27.858)</u>
	<u>(35.479)</u>	<u>18.647</u>	<u>(16.832)</u>

	Saldo em 31 de março de 2012	Reconhecidos no resultado	Saldo em 31 de março de 2013
Ativo biológico	5.760	(9.618)	(3.858)
Prejuízo fiscal do imposto de renda e base de cálculo negativa da contribuição social	29.069	11.409	40.477
Adições/exclusões temporárias	(20.141)	13.715	(6.426)
Reserva de reavaliação	(3.662)	457	(3.205)
Imobilizado (custo atribuído e taxa de depreciação)	<u>(27.858)</u>	<u>2.985</u>	<u>(24.873)</u>
	<u>(16.832)</u>	<u>18.948</u>	<u>2.115</u>

A Companhia estima recuperar o ativo fiscal diferido nos próximos 08 exercícios

A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

b. Composição do imposto de renda e contribuição social do resultado do exercício

	2013	2012 (Reapresentado)	2011 (Reapresentado)
(Prejuízo) lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(57.332)	(39.795)	(12.091)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:			
Pela alíquota fiscal combinada	19.493	13.530	4.111
Adições / exclusões permanentes			
Despesas / receitas indedutíveis	<u>(545)</u>	<u>5.117</u>	<u>(2.811)</u>
Compensação de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social			
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	<u>18.948</u>	<u>18.647</u>	<u>1.300</u>
Alíquota efetiva	33%	47%	11%

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e seu respectivo valor contábil.

23 Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso, como segue:

	Trabalhista	Cível	Total
Saldo em 1º de abril de 2010	330	610	940
Provisões feitas durante o período	85	94	179
Provisões utilizadas durante o período	<u>(129)</u>	<u>(554)</u>	<u>(682)</u>
Saldo em 31 de março de 2011	286	150	436
Provisões utilizadas durante o período	<u>(78)</u>	<u>(150)</u>	<u>(228)</u>
Saldo em 31 de março de 2012	<u>208</u>	<u>-</u>	<u>208</u>
Provisões feitas durante o período	<u>376</u>	<u>-</u>	<u>376</u>
Saldo em 31 de março de 2013	<u>584</u>	<u>-</u>	<u>584</u>

A Companhia possui outras contingências envolvendo questões trabalhistas, cíveis e tributárias cuja materialização na avaliação dos consultores jurídicos é possível de perda, mas não provável em um total de R\$ 541 (R\$ 1.648 em 2012 e R\$ 2.295 em 2011), para as quais a administração da Companhia suportada pela opinião de seus consultores jurídicos entendem não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda.

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de março de 2013 e 2012 o capital social está representado por 3.428.472 (três milhões, quatrocentos e vinte e oito mil ,quatrocentos e setenta e duas) ações ordinárias nominativas sem valor nominal e 1.666.804 (um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil, oitocentos e quatro) ações preferenciais classe “A”, nominativas, sem valor nominal. Em 31 de março de 2011 às 1.666.804 (um milhão, seiscentos e sessenta e seis mil, oitocentos e quatro) ações preferenciais classe “A” possuíam a previsão de resgate, que foram alteradas conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária de 21 de setembro de 2011. Estas ações pertencem aos seguintes acionistas domiciliados no país:

	31.03.2013	
	Ações	R\$
Paraíso Holding Ltda.	3.428.472	3.428
FIP Terra Viva Investimento em Participações	<u>1.666.804</u>	<u>1.667</u>
	<u>5.095.276</u>	<u>5.095</u>

Em setembro de 2011 a FTV Paraíso Participações S.A. foi incorporada pela Paraíso Bioenergia S.A, passando a participação da FTV Paraíso para sua controladora FIP Terra Viva Investimento em Participações.

Todo capital social encontra-se subscrito e devidamente integralizado.

A Companhia possuía ações preferenciais no montante de R\$ 60.000.000, recebidas em 15 de setembro de 2010, apresentadas como Capital Social e Reserva de Capital e que, devido às suas características, deveriam ter sido tratadas como instrumento financeiro passivo e atualizadas por IPCA mais 12% a.a. desde a data das respectivas integralizações.

Em 21 de setembro de 2011 os acionistas da Companhia aditaram o acordo de acionistas até então vigente, pelo qual a classificação contábil das ações preferenciais passou a ser como instrumento de patrimônio, de acordo com o CPC 39 e IAS 32. Em seguida, as ações preferenciais foram transferidas do passivo para patrimônio líquido como Capital e Reserva de Capital. O referido aditamento apresentou as seguintes principais características:

- Alteração dos direitos das ações preferenciais de emissão da Companhia, excluindo qualquer previsão relativa ao seu resgate por parte da Companhia;
- Extinção da reserva estatutária que anteriormente fora destinada única e exclusivamente para o pagamento do resgate das ações preferenciais.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

É composto do efeito da adoção do custo atribuído para o ativo imobilizado em decorrência da aplicação do CPC 27 e ICPC 10 na data de transição, deduzido do respectivo imposto de renda e contribuição social diferidos, e que vem sendo realizado mediante depreciação, alienação ou baixa dos ativos que lhe deram origem.

25 Receita operacional

As receitas operacionais da Companhia são compostas pela venda de açúcar, etanol e energia elétrica para o mercado interno e externo.

Abaixo é reproduzida a conciliação entre as receitas brutas para fins fiscais e as receitas apresentadas na demonstração de resultado do exercício:

	2013	2012	2011
Receita de vendas de açúcar	140.296	126.575	118.853
Receita de vendas de etanol	101.161	87.785	70.116
Outras receitas	<u>19.626</u>	<u>24.405</u>	<u>5.775</u>
	261.083	238.765	194.744
Impostos sobre receitas	<u>(23.215)</u>	<u>(23.494)</u>	<u>(17.861)</u>
Receitas líquidas	<u>237.868</u>	<u>215.271</u>	<u>176.883</u>

26 Despesas operacionais

Despesas operacionais por natureza:	2013	2012	2011
Despesa com pessoal	5.287	6.219	6.839
Serviços de terceiros	3.306	3.997	7.706
Despesas comerciais de fretes e embarques	8.509	6.673	8.960
Despesas com impostos, taxas e contribuições	186	479	2.001
Outras despesas	3.135	(487)	3.455
Depreciação e amortização	<u>866</u>	<u>303</u>	<u>179</u>
	<u>21.289</u>	<u>17.184</u>	<u>29.140</u>

Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:

	2013	2012	2011
Despesas com vendas	8.509	6.672	8.960
Despesas administrativas e gerais	<u>12.780</u>	<u>10.511</u>	<u>20.180</u>
	<u>21.289</u>	<u>17.183</u>	<u>29.140</u>

27 Outras despesas operacionais, líquidas

	2013	2012	2011
Despesas da Crystalsev (*)	-	-	949
Baixa de ativo imobilizado (valor residual)	(668)	(980)	(3.087)
Outros	<u>(1.111)</u>	<u>778</u>	<u>123</u>
	<u>(1.779)</u>	<u>(200)</u>	<u>(2.014)</u>

(*) No exercício encerrado em 31.03.2011, após o encontro de contas final, fruto das operações com a Crystalsev, detectou-se valores remanescentes, para se concluir o acerto final deste acordo de celebração amigável.

28 Financeiras e cambiais líquidas

	2013	2012	2011
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicação financeira	2.179	1.034	2.164
Descontos obtidos	31	31	8
Outros	<u>34</u>	<u>83</u>	<u>22</u>
	<u>2.244</u>	<u>1.148</u>	<u>2.194</u>

	2013	2012	2011
Despesas financeiras			
Juros sobre financiamentos	(30.504)	(18.831)	(19.146)
Juros sobre mútuos	(1.000)	(7.197)	(6.880)
Outros	<u>(3.910)</u>	<u>(181)</u>	<u>(294)</u>
	<u>(35.414)</u>	<u>(26.209)</u>	<u>(26.320)</u>
Variação cambial líquida			
Variações cambiais ativas	16.747	23.764	12.975
Variações cambiais passivas	(39.318)	(33.013)	(6.341)
Operações com derivativos	<u>(4.532)</u>	<u>(142)</u>	<u>-</u>
<i>Variação cambial líquida</i>	<u>(27.102)</u>	<u>(9.391)</u>	<u>6.341</u>
Financeiras e cambiais líquidas	<u>(60.272)</u>	<u>(34.453)</u>	<u>(17.785)</u>

29 Compromissos

Compromisso de compra de cana-de-açúcar

A Companhia possui diversos compromissos de compra de cana-de-açúcar com terceiros para garantir parte de sua produção para os próximos períodos de colheita. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida é calculada com base em uma estimativa de colheita de cana-de-açúcar por área geográfica. A quantia a ser paga pela Companhia será determinada ao término de cada período de colheita de acordo com a sistemática de pagamento da cana-de-açúcar adotada pelo CONSECANA. A quantidade de cana-de-açúcar pode ser assim determinada:

Anos	Toneladas de cana-de-açúcar
2013	696.000
2014	330.000
2015	305.000
2016	273.000
2017	<u>273.000</u>
	<u>1.877.000</u>

Compromisso de fornecimento de açúcar

A Companhia possui contrato de longo prazo de venda de açúcar refinado junto a Cargill nos seguintes volumes:

Anos	Toneladas de açúcar
2013	107.000
2014	107.000
2015	93.000
2016	<u>51.000</u>
	<u>358.000</u>

Possui também um contrato de venda de açúcar VHP exportação para a Czarnikow no volume de 10.000 toneladas com final da entrega previsto para abril de 2013.

30 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

31 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Visão geral

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta reflete aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura da indústria) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros que a Companhia utiliza. Esses riscos são administrados por meio de políticas de controle e monitoramento, estratégias específicas e determinação de limites.

Os principais riscos financeiros considerados pela gestão da alta Administração são:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de mercado;
- Risco operacional;
- Risco de estrutura de capital.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Companhia. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

Estrutura de gerenciamento de risco

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis junto aos clientes.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado, tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de insumos, a venda de produtos e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia tem fluxos operacionais de vendas em outras moedas e avalia permanentemente a contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas ou pós-fixadas.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infra-estrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

Risco de estrutura de capital

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Instrumentos financeiros

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, sendo eles: contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2013, não foi realizada nenhuma reclassificação de instrumentos financeiros.

	2013	2012	2011
Instrumento financeiro designados pelo valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa	9.466	10.744	7.481
Empréstimos e recebíveis			
Contas a receber de clientes	3.339	4.884	2.770
Partes relacionadas	242	464	8.499
Outros créditos	496	110	759
Instrumento financeiro disponível para venda			
Outros investimentos	108	108	108
Passivos mantidos pelo custo amortizado			
Fornecedores de cana e diversos	70.696	64.027	32.496
Empréstimos e financiamentos	300.974	233.584	130.283
Outras contas a pagar	1.179	2.791	11.146
Partes relacionadas	2.379	82	8

Risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2013	2012	2011
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	5	9.466	10.744	7.481
Aplicações financeiras	6	26.271	23.769	-
Contas a receber de clientes	7	3.339	4.884	2.770
Outros créditos	12	<u>496</u>	<u>110</u>	<u>759</u>
Total		<u>39.572</u>	<u>39.507</u>	<u>11.010</u>

Risco de liquidez

A seguir, estão as maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida:

Paraíso Bioenergia S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de março de 2013, 2012 e 2011

2013							
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	9.466	-	9.466	-	-	-	-
Aplicações Financeiras	26.271	-	26.271	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	3.339	-	3.339	-	-	-	-
Outros créditos	<u>496</u>	<u>-</u>	<u>496</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>39.572</u>	<u>-</u>	<u>39.572</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos							
Fornecedores de cana e diversos	70.696	-	63.159	1.274	2.188	4.075	-
Empréstimos e financiamentos	<u>300.974</u>	<u>-</u>	<u>168.844</u>	<u>43.775</u>	<u>15.076</u>	<u>73.279</u>	<u>-</u>
	<u>371.670</u>	<u>-</u>	<u>232.003</u>	<u>45.049</u>	<u>17.264</u>	<u>77.354</u>	<u>-</u>
2012							
	Valor contábil	Fluxo de caixa Contratual	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	10,744	-	10,744	-	-	-	-
Aplicações Financeiras	23,769	-	23,769	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	4,884	-	4,884	-	-	-	-
Outros créditos	<u>110</u>	<u>-</u>	<u>110</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>39.507</u>	<u>-</u>	<u>39.507</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos							
Fornecedores de cana e diversos	64,027	-	54,406	940	3,043	5,638	-
Empréstimos e financiamentos	<u>233,584</u>	<u>-</u>	<u>36,112</u>	<u>40,926</u>	<u>72,742</u>	<u>83,056</u>	<u>748</u>
	<u>297.611</u>	<u>-</u>	<u>90.518</u>	<u>41.866</u>	<u>75.785</u>	<u>88.694</u>	<u>748</u>
2011							
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	6 meses ou menos	6 - 12 meses	1 - 2 anos	2 - 5 anos	Mais que 5 anos
Ativos							
Caixa e equivalentes de caixa	7.481	-	7.481	-	-	-	-
Aplicações Financeiras	-	-	-	-	-	-	-
Contas a receber de clientes	2.770	-	2.770	-	-	-	-
Outros créditos	<u>759</u>	<u>-</u>	<u>759</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
	<u>11.010</u>	<u>-</u>	<u>11.010</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivos							
Fornecedores de cana e diversos	32.502	-	32.502	-	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	<u>130.283</u>	<u>-</u>	<u>25.703</u>	<u>26.652</u>	<u>34.000</u>	<u>36.513</u>	<u>7.415</u>
	<u>162.785</u>	<u>-</u>	<u>58.205</u>	<u>26.652</u>	<u>34.000</u>	<u>36.513</u>	<u>7.415</u>

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, principalmente para saldos a receber e a pagar denominados em reais. Além dos valores a pagar e a receber em moedas estrangeiras.

Os saldos de ativos e passivos expostos à moeda estrangeira em 31 de março de 2013, 2012 e 2011 compreendem unicamente operações em dólares norte-americanos e estão assim apresentados:

	2013	2012	2011
Empréstimos/financiamentos em dólares norte-americanos	<u>(136.519)</u>	<u>(104.285)</u>	<u>(44.893)</u>
Exposição líquida	<u>(136.519)</u>	<u>(104.285)</u>	<u>(44.893)</u>
Ano de vencimento:	2013	2012	2011
2011		-	19.997
2012		30.906	12.403
2013	30.071	14.194	12.493
2014	26.098	17.742	-
2015	38.834	27.249	-
2016	25.980	14.194	-
2017	15.536	-	-

A Companhia destina praticamente 100% de sua produção de açúcar para o mercado externo gerando portanto receitas em dólares para fazer frente às operações de financiamento em mesma moeda. No exercício findo em 31 de março de 2013 obteve receitas de exportação da ordem de 68 milhões de dólares norte-americanos.

Análise de sensibilidade

Para fins de análise de sensibilidade para riscos de mercado originados por instrumentos financeiros, a Companhia analisa conjuntamente o instrumento de proteção e o objeto de proteção, conforme demonstrado nos quadros abaixo.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção cambial, a administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram considerados a deterioração e apreciação sobre a taxa de câmbio utilizada para apuração dos apresentados nos registros contábeis. Os cenários II e III foram estimados com uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável.

Análise de sensibilidade - Cambial

Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31 de março de 2013, foram substituídas as taxas de câmbio e outros indexadores quando aplicável e calculadas as variações entre o novo saldo em Reais e o saldo em Reais em 31 de março de 2012 em cada um dos cenários.

A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Cenários	Provável	Alta		Baixa	
		25%	50%	25%	50%
Passivos financeiros					
Empréstimos e financiamentos	<u>274.922</u>	(68.730)	(137.461)	68.730	<u>137.461</u>
	<u>274.922</u>	(68.730)	(137.461)	68.730	<u>137.461</u>

As informações utilizadas para a apuração da análise de sensibilidade apresentada acima, foram obtidas juntos as fontes externas de mercado, como Bloomberg e BM&F Bovespa.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros:

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras, bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos da Companhia, são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Libor.

Hierarquia de valor justo

Para os valores justos reconhecidos no balanço, o CPC 40- Instrumentos Financeiros Evidenciação requer a divulgação para cada classe de instrumentos financeiros e derivativos, a qual classe de apuração de valor foi utilizada, conforme definido abaixo:

- **Nível 1** - Quotas de fundos de investimentos e posições de liquidações da contra parte, nos caso da avaliação dos saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras;
- **Nível 2** - Valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo, que utilize dados e premissas observáveis em mercado ativo; e
- **Nível 3** - Valor justo obtido pela aplicação de metodologia de cálculo que utilize dados e premissas geradas internamente na entidade.

	Valor contábil em 31 de março de 2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	9.466	9.466	—	—
Aplicações financeiras	<u>26.271</u>	<u>26.271</u>	—	—
	<u>35.737</u>	<u>35.737</u>	—	—
Valor contábil em 31 de março de 2012				
		Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	10.744	10.744	—	—
Aplicações financeiras	<u>23.769</u>	<u>23.769</u>	—	—
	<u>34.513</u>	<u>34.513</u>	—	—

	Valor contábil em 31 de março de 2011	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	<u>7.481</u>	<u>7.481</u>	_____ -	_____ -
	<u>7.481</u>	<u>7.481</u>	===== -	===== -

Para tanto, a Companhia definiu os respectivos níveis da seguinte forma:

Nível 1 - Quotas de fundos de investimentos e posições de liquidações da contra parte, nos caso da avaliação dos saldos de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Níveis 2 e 3 - Não foi classificado nenhum instrumento financeiro nesses níveis.

32 Eventos subsequentes

Os seguintes eventos subsequentes ocorreram após 31 de março de 2013: Em 20 de março de 2013, firmamos um contrato de compra e venda de nossos acionistas, incluindo FIP DGF Terra Viva nos termos do qual fomos adquiridos pela Tonon Bioenergia SA. Em 10 de abril de 2013 a Tonon recebeu a aprovação final do regulador CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) para a aquisição. Depois de considerar todos os aspectos legais da operação a aquisição foi concluída em 03 maio de 2013. Nesta data, a Tonon pagou um valor de R \$ 120 milhões composto por R \$ 50 milhões em dinheiro e R \$ 70 milhões de novas ações emitidas para os acionistas da Paraíso Bioenergia SA. Os R \$ 50 milhões restantes serão pagos, por opção da Tonon, em dinheiro ou mediante a emissão de novas ações, tal como acordado no contrato de compra.